PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

DSATS
A Secretária-Geral
06/5/17
Maria do Rosário Boléo
Adjunta da Secretária-Geral

*Ofº nº 3340/**MAP** – 16 Maio 06*

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 1098	20-02-2006	Registo nº 982	23-02-2006

ASSUNTO: **RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 1500/X (1ª) – AC DE 17 DE FEVEREIRO DE 2006, DOS SENHORES DEPUTADOS ANA MANSO E ANTÓNIO RIBEIRO CRISTÓVÃO (PSD)**
- OS SERVIÇOS DE JUSTIÇA NOS DISTRITOS DA GUARDA E CASTELO BRANCO E SEU EVENTUAL ENCERRAMENTO

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 2547 de 15 de Maio, do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

À DAPLEN
06/05/17
A Directora de Serviços

A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
3030
Gabinete da Secretária-Geral
06/05/17
Proc.º n.º 3

O Chefe de Divisão
06/5/13

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
Entrada N.º 2616 em 06/05/17

Palácio de S. Bento - 1249-068 Lisboa - PORTUGAL * Telef: + 351 21 392 05 00 Fax: + 351 21 392 05 15

GABINETE DO MINISTRO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 2579
Processo N.º
15/5/2006

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência
O Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento (A.R)
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO	NOSSA REFERÊNCIA	LISBOA 15 MAIO 2006
Of. 1265	24.02.2006	Pº 1175/2004	
Of. 2998	04.05.2006	Nº 2547	

ASSUNTO: Requerimento nº 1500/X/(1ª) – AC de 17 de Fevereiro de 2006
Os Serviços de Justiça nos Distritos da Guarda e Castelo Branco e seu eventual encerramento

Em referência ao requerimento mencionado em epígrafe, conforme já respondido ao requerimento n.º 1502/X (1ª) apresentado por V. Exas., cumpre-me informar V. Exa. que conforme consta do programa do Governo, a gestão racional do sistema judicial requer o ajustamento do mapa judiciário ao movimento processual, a adopção de um modelo de gestão assente na valorização do presidente e do administrador do tribunal e a reavaliação do período de funcionamento dos tribunais.

Neste sentido, o Ministério da Justiça encontra-se a avaliar a organização territorial tendo em vista reorganizar o actual Mapa Judiciário ponderando as necessárias medidas à racionalização dos recursos físicos, humanos e financeiros da justiça, no estrito respeito pelo princípio Constitucional do acesso ao Direito e Justiça.

Assim, e uma vez que se encontra em avaliação a gestão racional do sistema judicial e o correlativo ajustamento do mapa judiciário, o Ministério da Justiça encontra-se a aguardar pelas conclusões desta avaliação, a ser realizada pelo Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, ao qual já havia sido dado conhecimento das preocupações dos Deputados do PSD.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,

(Filipe Costa)

MA/AC